

# Lideranças se manifestam contra a proposta de votações paralelas

BRASÍLIA — Se o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, consultar as lideranças dos outros partidos sobre a adoção de votações simultâneas na Comissão de Sistematização e no Plenário, propostas pelo PMDB, receberá respostas negativas. A fórmula, sugerida para acelerar os trabalhos, permitiria que os 559 constituintes comesçassem a votar os títulos já apreciados pela Sistematização, embora esta não haja concluído o exame do segundo substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Os líderes do PFL, Carlos Chiarelli (RS), PT, Luís Inácio Lula da Silva (SP), PTB, Gastone Righi (SP), PCB, Roberto Freire (PE) e PC do B, Haroldo de Lima (BA) rejeitam a idéia, alegando que a preocupação com o tempo só passou a existir depois que Ulysses fixou uma data arbitrária para a promulgação da Constituição.

Righi também atribui a culpa à imprensa, que "pela pressa, teria contribuído para a elaboração de um regimento interno totalmente falho, e que continua a agir da mesma forma". Chiarelli teme que a correria implique na imperfeição da futura Constituição, cujo principal traçado

está sendo feito agora, pela Comissão de Sistematização. Tentar recuperar o tempo antecipando a votação do plenário, segundo ele, atrapalharia os constituintes que não teriam um projeto formal para exame.

— Terminaria sendo uma mini-Constituinte, que, mais adiante, faria nascer um aleijão, ao invés de uma bela criança.

Pesa, ainda, entre os partidos da esquerda o fato de serem beneficiados pela correlação de forças na Comissão de Sistematização, ao contrário do que ocorrerá em plenário. Este é um dos pontos que levarão o Líder do PC do B, Haroldo de Lima, a empenhar-se em uma "grossa batalha", caso o Presidente da Constituinte cumpra o prazo de cinco de novembro para encerrar a votação na Sistematização. Lima exige o cumprimento fiel das duas votações, sem simultaneidade nem corridas contra o tempo.

O Líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, também é contrário a todos os prazos, optando pelo entendimento entre as Lideranças como a melhor maneira de realizar a apreciação dos 7.500 destaques ainda existentes. Mesmo que em horários diferentes, o funcionamento paralelo da Sistematização e do plenário é visto por ele

como uma saída difícil de aceitar: "Correríamos o risco de fazer o povo rir de tarde e chorar à noite, quando os 559 constituintes repetissem o exame da matéria", ilustrou.

O Líder do PCB, Roberto Freire terminou sendo atendido ontem, quando o Relator anunciou o estudo de outras fórmulas de agilizar a votação. Ele espera ver incluída entre elas a votação em bloco de destaques semelhantes.

Para o Deputado Afif Domingos (PL-SP), o fato da Sistematização ter se transformado "num gargalo dominado pelas minorias" justifica mudanças mais profundas, como a sua própria extinção. O substitutivo passaria a ser imediatamente examinado pelo plenário, "longe dos gols de mão perpetrados pela mesa da Constituinte".

As Lideranças alegam que a estafa impediria os membros da Sistematização de acompanhar as sessões que se esstendessem pela madrugada, fortalecendo os argumentos contra a votação simultânea.

— Teríamos que morrer votando, para mostrar que estamos realmente preocupados com o trabalho — preveniu, preocupado, o Deputado Gastone Righi.

# Cabral propõe corte drástico nos destaques

BRASÍLIA — O Relator Bernardo Cabral encaminhou ontem à mesa da Comissão de Sistematização documento em que propõe redução drástica no número de destaques a seu substitutivo, estabelecendo um critério de proporcionalidade quanto ao número de emendas por partido, com rejeição em bloco de mais de sete mil pedidos de destaque. A proposta será analisada hoje numa reunião de lideranças e, se for aceita, será votada pelo plenário da Comissão.

Se for aprovada, a Comissão votará apenas 206 destaques, pois os critérios sugerido pelo Relator estipulam que os partidos com mais de 50 constituintes (PMDB e PFL) podem apresentar apenas duas emendas por representante na Comissão e os pequenos partidos, três. Desta maneira, o PMDB defenderia 98 destaques; o PFL, 48; o PDS, 18; o PTB e o PDT, nove; e o PT, seis. Os demais partidos poderiam apresentar três emendas cada.

O Líder em exercício do PT, Deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP), reagiu de imediato. Ele defende um entendimento interpartidário para reduzir os destaques, mas não vê justiça no critério estabelecido.

— Todo critério automático é perigoso — afirmou.

Mas para o PCB e o PSB, os mais prejudicados, a proposta é boa. O Senador Jamil Haddad (PSB-RJ) acha que pode reduzir de 80 para sete o número de destaques apresentados pelo seu partido.

Esta é também a opinião do Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE), que acha a idéia correta em seus objetivos, mas defende outro critério para a redução do número de destaques.

— Posso retirar todos os destaques do PCB, desde que existam outras emendas que considerem os temas que o partido coloca como essenciais. Portanto, não se trata de reduzir número com proporção partidária, e sim de se criar critério temático — explicou.

O PMDB se dividiu. O Líder do partido na Constituinte, Deputado Euclides Scalco (PR), não quis fazer considerações antecipadas, mas o Deputado Pimenta da Veiga (MG) disse que a atitude de Cabral foi surpreendente. Pimenta acredita que, da maneira como foi apresentada, a idéia vai provocar reações contrárias nos pequenos partidos.

No "Movimento da Unidade Progressista" do PMDB, a proposta foi vista com alguma desconfiança. Segundo o Deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), o MUP foi o grupo que mais retirou pedidos de destaque em nome da agilização dos trabalhos, mas não está disposto a compactuar com fórmulas que atropelem a Comissão.

— Não podemos cair no outro extremo. Em nome de apressar os trabalhos podemos correr o risco de não aprimorarmos a Constituição, que é o trabalho fundamental da Comissão.

Cabral justifica sua proposta com a morosidade da Comissão, que, desde 24 de setembro, fez 19 reuniões, com mais de dez horas de trabalho. Neste período foram examinados 815 destaques, em 121 votações. Considera ainda que o prazo estabelecido para o término das votações, o dia 28, será insuficiente.

# Comissão inclui princípio do piso e proíbe a discriminação salarial

BRASÍLIA — Os trabalhadores obtiveram ontem à tarde mais duas conquistas nas votações da Comissão de Sistematização: a inclusão do piso salarial na Constituição e a proibição de discriminação salarial por motivo de sexo, cor e estado civil.

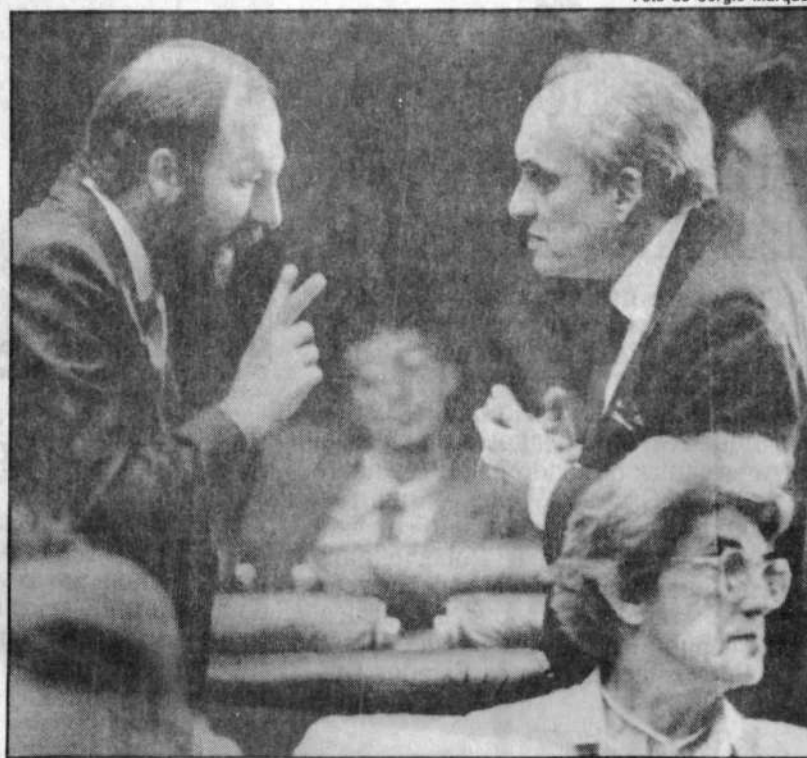
O piso salarial já existe para várias categorias, mas sua transformação em princípio constitucional, válido para todos, visa ampliar a garantia de emprego para os trabalhadores. Segundo o Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que defendeu a emenda do Deputado Paulo Paim (PT-SP), o objetivo é "criar um empecilho à rotatividade, pois, ao demitir um empregado, o patrão não poderá substituí-lo por outro com salário inferior ao piso".

— É um mecanismo para terminar com as demissões que ocorrem só para diminuir o salário — disse.

A emenda foi aprovada por 54 votos a 36. O Relator da Comissão, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), votou contra. Com esta decisão, a Comissão acrescentou um inciso, o XXVI, ao artigo 6º do substitutivo de Cabral.

A proibição da discriminação no emprego por motivo de sexo, cor e estado civil também não estava prevista no projeto de Cabral. Com a aprovação, transformou-se no inciso XXVII do substitutivo. A emenda foi apresentada pelo Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e aprovada por 59 votos a 25.

Nelson defendeu sua emenda lembrando um caso clássico de discriminação por sexo na admissão: a recusa da Petrobrás de admitir geólogas aprovadas em concurso público. Ele



Meneguelli e Ponte discutem no plenário as conquistas dos trabalhadores

argumentou também que a Constituição precisa proibir o hábito das empresas de não contratar mulheres casadas ou despedir as que se casam, para evitar o pagamento da licença-gravidez.

Foram rejeitadas pela Comissão duas propostas que permitiam a participação dos trabalhadores no processo de implantação de tecnologias que tenham como consequência a dispensa de pessoal, apresentadas

pelos Deputados Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) e Olivio Dutra (PT-RS). Prevaleceu o texto de Cabral, que garante participação ao trabalhador nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação.

A Comissão rejeitou também, por 47 votos a 40, proposta do Deputado Eduardo Alves (PT-SP) que garantia o emprego do trabalhador que se recusasse a trabalhar em local perigoso ou danoso à saúde.

## ARTIGO 6º

### Participação no avanço tecnológico

BRASÍLIA — São os seguintes os dispositivos aprovados ontem à tarde pela Comissão de Sistematização:

Artigo 6º (7º já aprovado) —  
XXIII — Participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação;

XXIV — Seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXV — Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXVI — Proibição de diferença de salários e de critério de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil;

XXVII — Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado.

### Possibilidade de mais concessões aflige Ministro

BRASÍLIA — O Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, telefonou ontem ao Senador Fernando Henrique Cardoso, e a outros líderes do PMDB, confessando-se preocupado com a possível aprovação, pela Comissão de Sistematização da Constituinte, de novas concessões aos trabalhadores.

Além da estabilidade e da jornada de 44 horas, aprovadas antes, a Comissão votou anteontem pela duplicação do valor das horas extras e pelo aumento de três para quatro meses da licença-gestante.

Segundo Pazzianotto, a decisão sobre horas-extras não vai vingar, acabando por ser negociada abaixo disso em dissídios. Os trabalhadores não vão querer perdê-las no contracheque. E o aumento da licença-gestante reduzirá o mercado feminino de trabalho.

O Senador Fernando Henrique Cardoso concordou: as concessões, disse, estão sendo feitas com total descompromisso com os seus efeitos.